



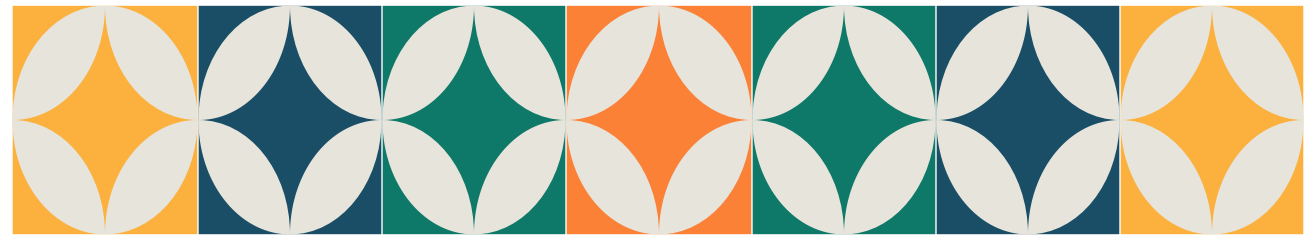
Seminário da Proteção Social: Conhecer para Incluir

Fevereiro 2025

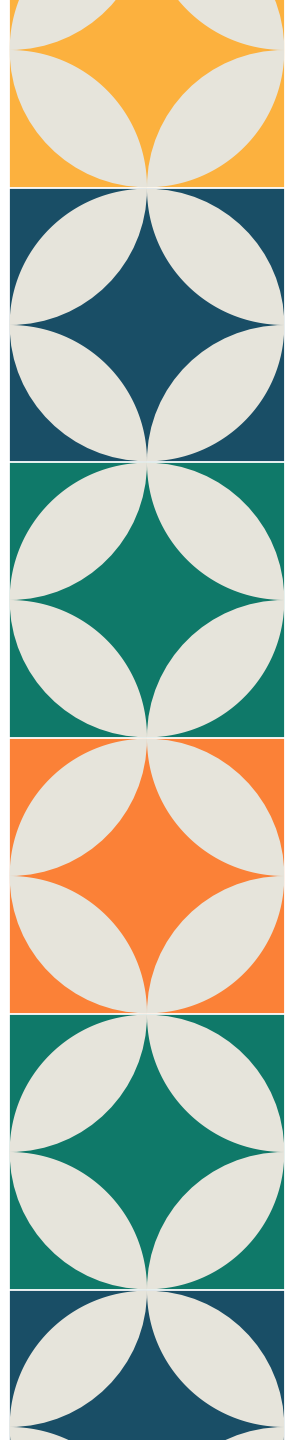


SECRETARIA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



ORÇAMENTO PÚBLICO E PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS



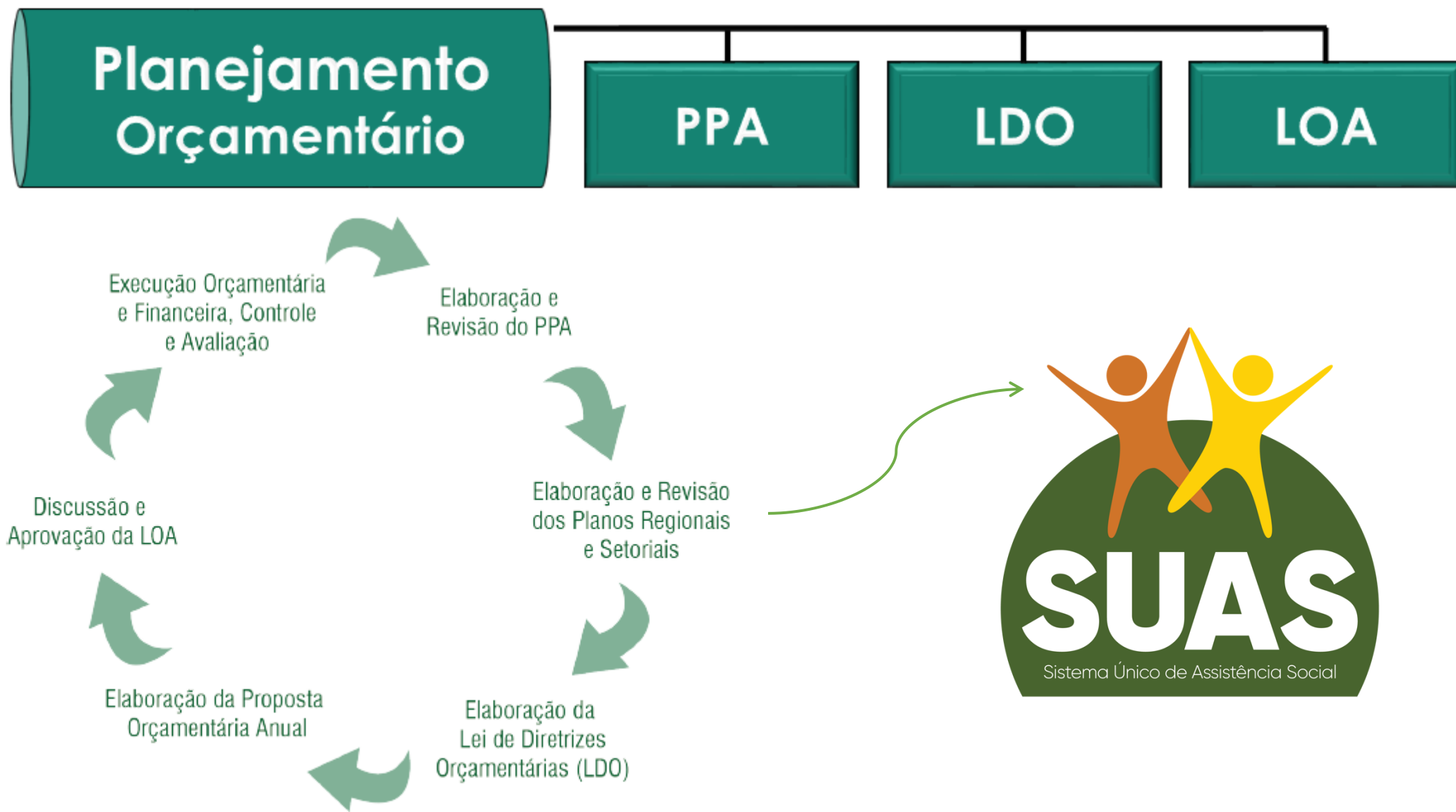




Para que serve o orçamento público?

- Melhor planejamento do trabalho;
- Mais precisão orçamentária;
- Determinar responsabilidades;
- Melhorar a relação de custos;
- Maior compreensão orçamentária;
- Identificar duplicidades;
- Maior controle da execução orçamentária;
- Identificar gastos e compará-los;
- Apresentar resultados; e
- Ênfase nas entregas.

Ciclo Orçamentário





Plano Plurianual

DIRETRIZES

OBJETIVOS

METAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A vigência do PPA é de 4 anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Ele deve ser encaminhado do Executivo ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício, ou seja, até 31 de agosto.



A Constituição Federal, em seu art. 165, determina que

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.



Programa 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo: Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

A Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (Seplan/MPO) publicou nesta terça-feira (11/2) o [Guia de Elaboração do Plano Plurianual \(PPA\) para os Municípios](#)



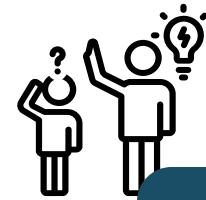
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO



Compreenderá as metas e prioridades



Diretrizes da política fiscal



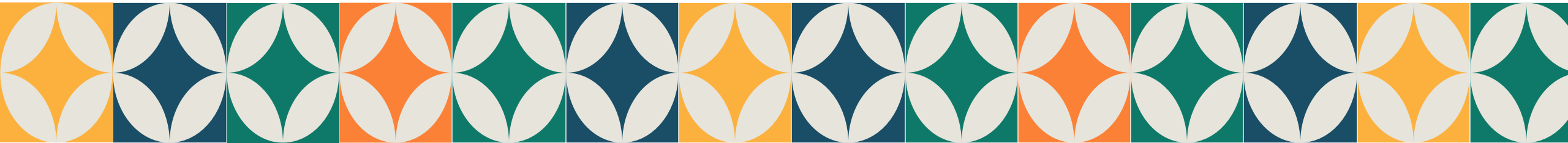
Orientará sobre a elaboração da LOA



Disporá sobre alterações na legislação tributária



Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento



Lei Orçamentária Anual - LOA



Previsão das
receitas

Fixação das
despesas

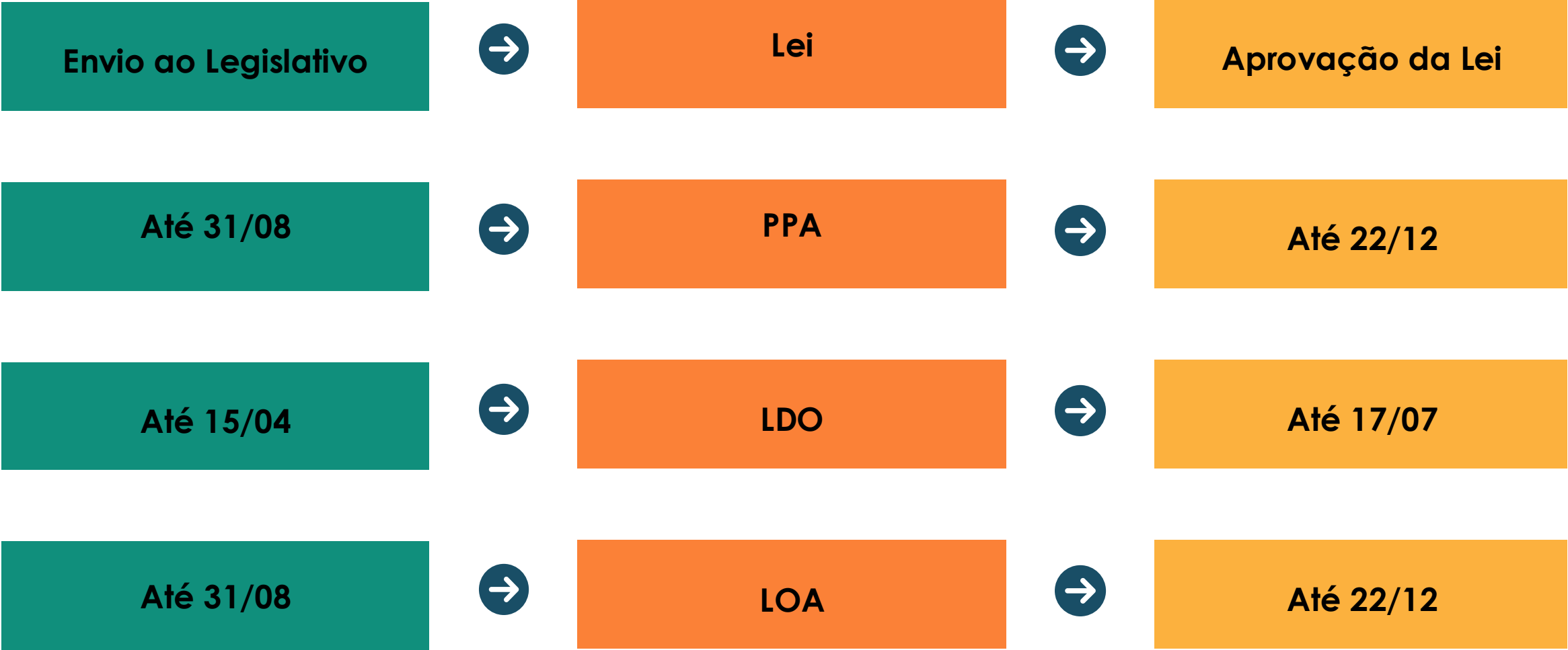


P E R Í O D O D E U M A N O



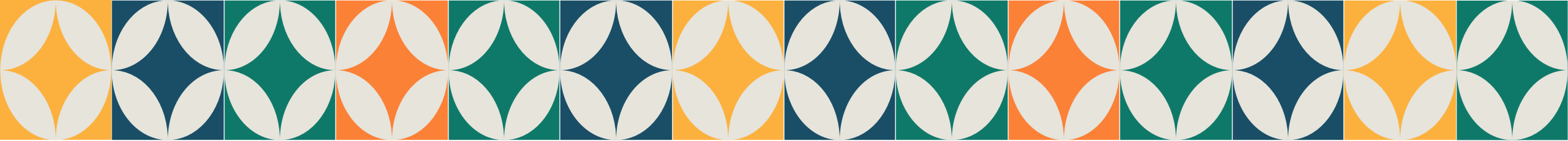


Prazos



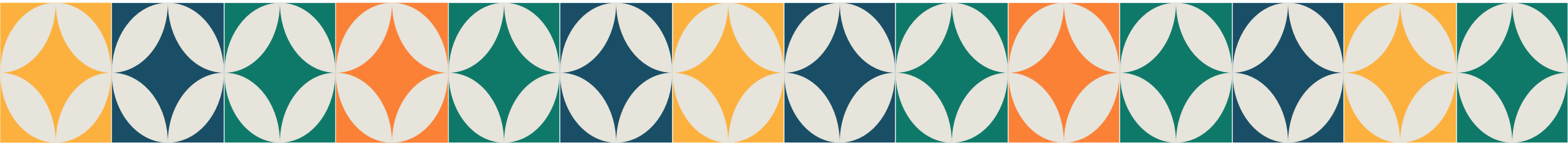


PPA planeja, a LDO orienta e a LOA executa.



Como o orçamento público é executado?

- Programação financeira;
- Licitação;
- Empenho;
- Liquidação; e
- Pagamento.





SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família.





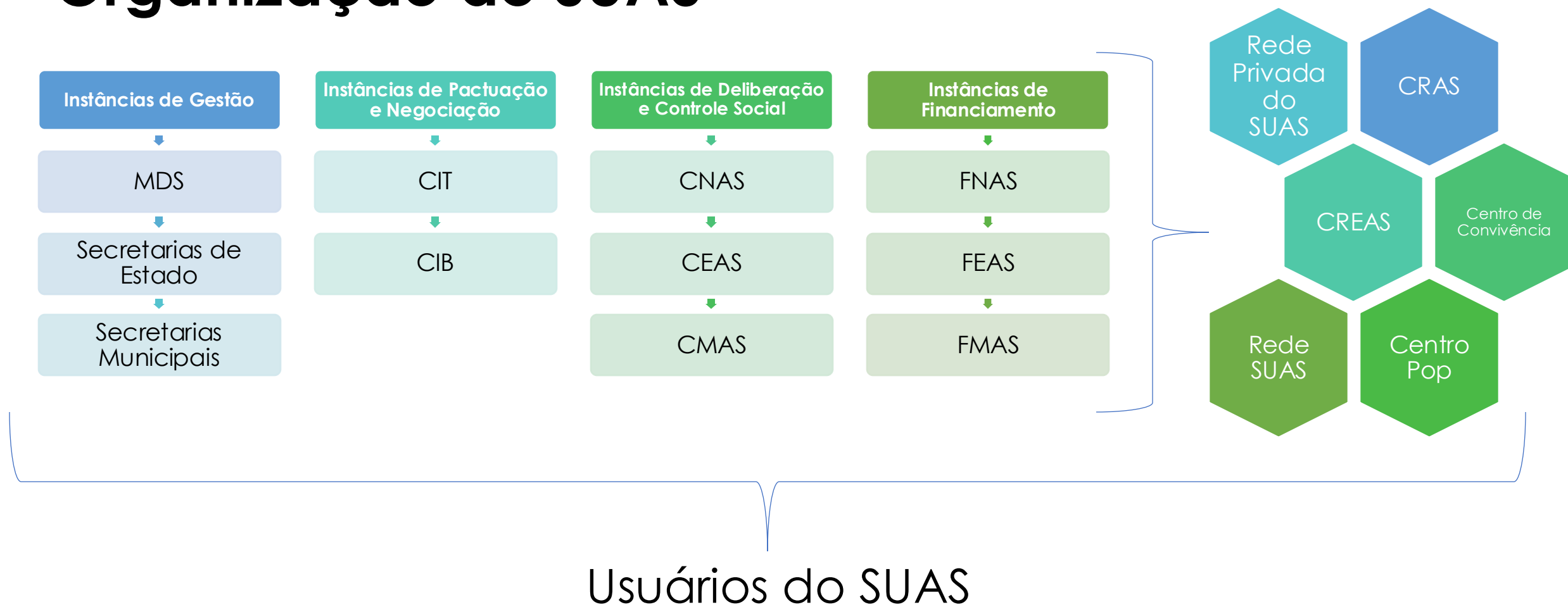
Pacto Federativo

Responsabilidades e Competências

O SUAS é um sistema descentralizado onde possui responsabilidades e competências compartilhadas. De acordo com o Art. 12 da NOBSUAS/2012 constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I - Organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias;
- II - Estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais;
- III - normatizar e regular a política de assistência social em cada esfera de governo, em consonância com as normas gerais da União.

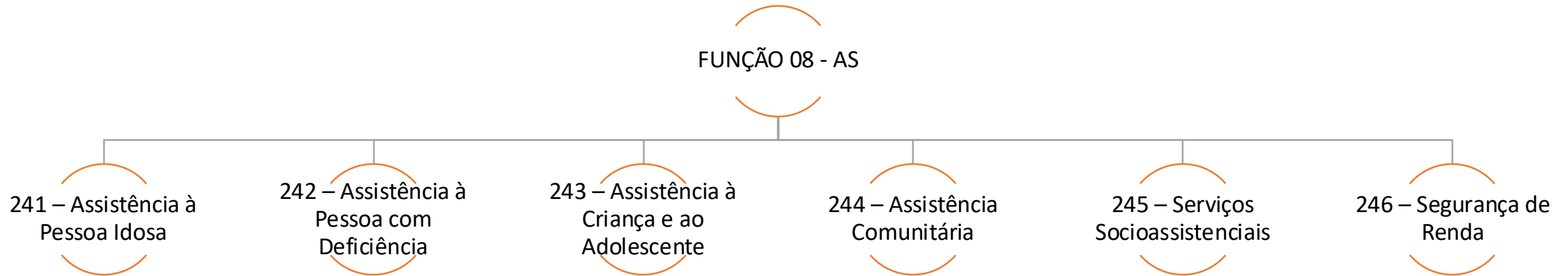
Organização do SUAS





Classificação das Funções e Sub Funções

Define as áreas de atuação dos governos



Portaria SOF/MPO nº 169/2024 – Ministério do Planejamento e Orçamento
Manual de Elaboração da Lei Orçamentária do Município.



Meios de Operacionalização

Transferência Fundo a Fundo

Lei nº 8.742/1993.
Decreto nº 7.788/2012.
Portaria nº MDS 1.044/2024.
Portaria MDS nº 1.045/2024.
Portaria MDS nº 1.043/2024
(Prestação de Contas)
Transferência na modalidade
fundo a fundo.

TRANSFEREGOV.BR

Decreto nº 6.170/2007.
Portaria Interministerial nº
424/2016.
Execução por meio de
contratos de repasse e
convênios.

MobSUAS

Portaria MDS nº 2.600/2018
(alterada pela Portaria MC nº
640/2021).
Portaria SNAS nº 121/2021.
Compra centralizada e
doação dos veículos.

Tipos de Repasse

REPASSES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS	BPC/RMV
REPASSES FUNDO A FUNDO, REGULARES E AUTOMÁTICOS	SERVIÇOS
	PROGRAMAS
	APOIO À GESTÃO
REPASSES FUNDO A FUNDO DE EMENDAS PARLAMENTARES	INCREMENTO TEMPORÁRIO
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS PERMANENTES E VEÍCULOS
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	CONVÊNIOS
	CONTRATOS DE REPASSE





FUNAS

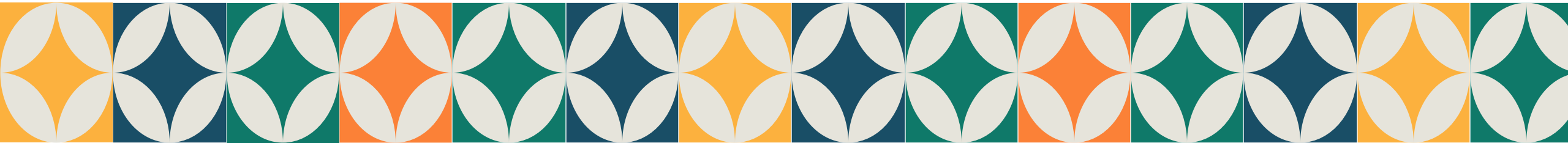
FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

**FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**



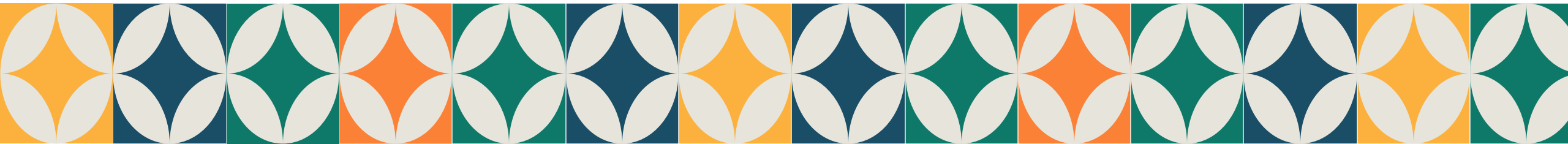
Contextualização das transferências fundo a fundo

- Pacto federativo;
- Sistema baseado em competências e responsabilidades;
- O repasse na modalidade fundo a fundo não se trata de convênios ou qualquer outro instrumento congênere.
- O repasse está inserido dentro de uma política pública estruturada a partir dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal e da Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- Recursos são repassados à medida que ocorre a disponibilidade financeira, observado o orçamento aprovado em Lei.



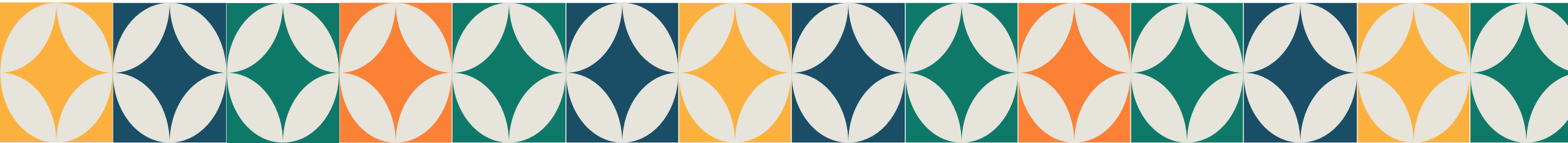
Transferências Estruturantes de caráter temporário na modalidade fundo a fundo - EstruturaSUAS

- Recursos oriundos principalmente por meio de emendas parlamentares;
- Repassados diretamente aos Fundos de Assistência Social, mediante programação a ser realizada no sistema EstruturaSUAS (antigo SIGTV);
- As programações podem ser destinadas para custeio ou investimento;
- Os recursos em sua origem podem ser destinados para as entidades privadas, observados os regramentos contidos na Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024.



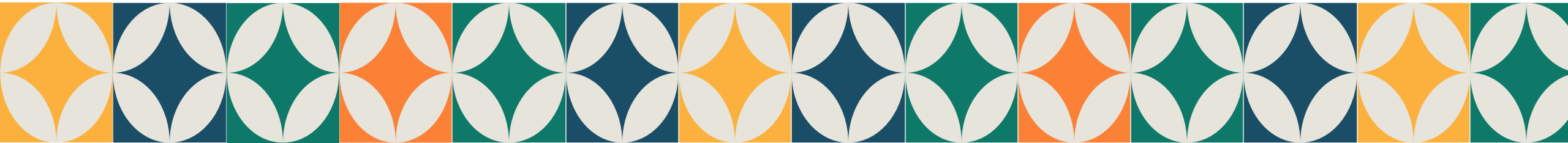
Execução dos recursos – Observar:

- Resolução nº 109 de 11/11/2009, - “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, onde estão enumerados os serviços tipificados e, a partir destes, a classificação dos recursos materiais, físicos e humanos necessários;
- Legislações específicas de cada serviço ou programa, verificando as características de execução peculiares a cada uma das ações e suas possíveis vedações;
- Regramento da execução dos recursos financeiros dispostos na Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024, que traz entre outras questões o gasto com pessoal;
- Demais dispositivos legais do SUAS (LOAS, NOB-SUAS, NOB-RH, Resoluções do CNAS, e outros);



Execução dos recursos – Observar:

- Podem ser realizados gastos com a finalidade de manutenção e conservação dos equipamentos, tendo em vista a vedação de constituição de capital público ou privado;
- Os recursos das transferências regulares e automáticas não poderão ser destinadas à realização de obras que aumentem o valor dos imóveis ou ainda que alterem seu gabarito original;
- Podem ser utilizados para aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à execução das ofertas socioassistenciais no âmbito do SUAS;
- Todos os gastos (aquisições, contratações de serviço, pagamento de equipes de referência) deverão observar a vinculação entre a finalidade do recurso de origem e a sua utilização.



Condições necessárias para recebimento de recursos do FNAS (CPF do SUAS – Financiamento)

Art. 30 da LOAS - Cumprimento por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

C) a constituição do conselho de assistência social;

P) a elaboração do plano de assistência social;

F) a instituição e funcionamento do fundo, com alocação de recursos próprios do tesouro em seu orçamento.

Constituir Unidade Orçamentária para cada Fundo de Assistência Social nas respectivas esferas de governo contemplando os recursos destinados às Ações/Serviços de Assistência Social (as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).





Blocos de Financiamento

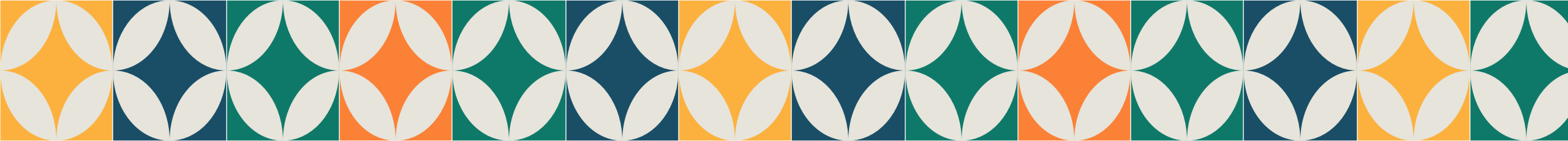
- Flexibiliza a utilização dos recursos para os diversos serviços socioassistenciais que compõe cada Bloco de Financiamento otimizando a sua utilização.
- Os recursos dos Blocos de Financiamento podem ser utilizados para qualquer serviço do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.
- Também se encontram regulamentados por meio do Decreto nº 7.788/2012 e pela Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB/SUAS).

SERVIÇOS

- Bloco de Financiamento da **Proteção Social Básica**
- Bloco de Financiamento da **Proteção Social Especial**

APOIO À GESTÃO

- Bloco de Financiamento da **Gestão do SUAS**
- Bloco de Financiamento da Gestão do **Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**



Conselhos de Assistência Social

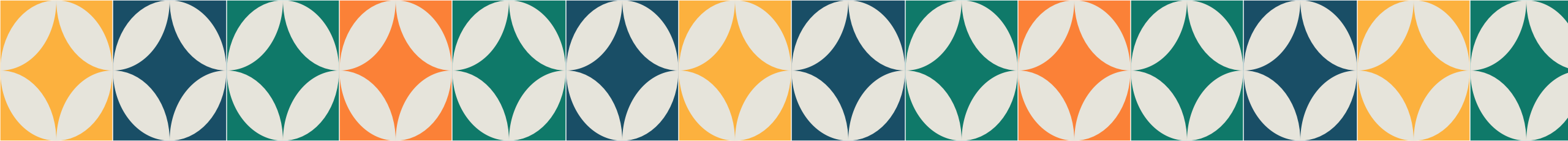
Instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004, na forma do SUAS. Instituídos pela LOAS, desempenham um papel fundamental no processo de prestação de contas no âmbito das três esferas governamentais.

Responsabilidades dos Conselhos:

- I. aprovar a Política de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do SUAS, e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social;
- II. acompanhar e controlar a execução da Política de Assistência Social;
- III. aprovar o Plano de Assistência Social e suas adequações;
- IV. atuar como instância de recurso nas instâncias de pactuação e deliberação;
- V. zelar pela efetivação do SUAS;
- VI. regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, no seu âmbito, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, as proposições das Conferências de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;
- VII. aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de Assistência Social, alocados no Fundo de Assistência Social;
- VIII. aprovar critérios de partilha e de transferência de recursos destinados aos municípios;
- IX. aprovar o Relatório do pacto de Gestão.

NOVIDADES PARA 2025





Portaria nº1.043, de 24 de dezembro de 2024

(antiga Portaria nº 113)

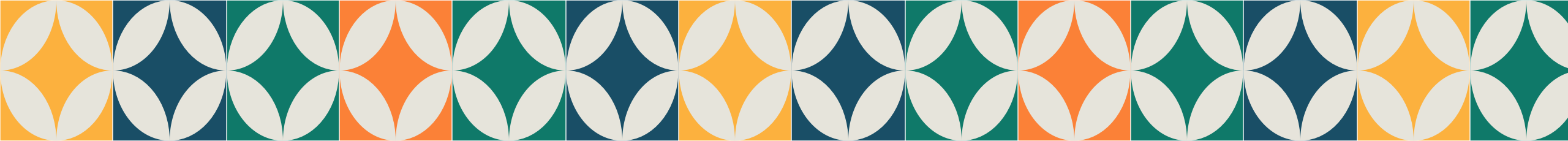
- Detalhamento sobre as possibilidades de uso dos recursos e suas vedações;
- Traz a normatização dos fluxos de preenchimento do novo instrumento de prestação de contas (Agiliza SUAS) e de sua análise pelo FNAS;
- Incorpora a Portaria que trata sobre a guarda documental, reduzindo o número de normas que tratam das transferências fundo a fundo.;
- Facilitação das regras de reprogramação, retirando critérios que deviam ser observados e que resultavam em devolução de recursos;
- Extinção do Plano de Ação, instrumento que perdeu sua utilidade no transcorrer dos exercícios.



Novo sistema de prestação de contas

AgilizaSUAS + BB Gestão Ágil:

- Segurança para o gestor quanto a documentação comprobatória das despesas: o gestor ao alimentar o sistema com a documentação de suporte dos gastos fica resguardado quanto a extravios de documentos físicos e dificuldades de gestões sucessoras;
- A prestação de contas passa a ser realizada ao longo da execução, reduzindo o trabalho concentrado para preenchimento do Demonstrativo no prazo estipulado para a declaração das informações no decurso do exercício;
- Maior transparência quanto aos gastos públicos e facilidade de acesso das informações para os gestores locais;
- O sistema auxilia ao longo do exercício a comunicar o gestor das suas pendências de preenchimento, evitando que se deixe de preencher qualquer informação, reduzindo o risco de notificações futuras por pendências relacionadas a falta de documentação;
- Possui ferramentas de gestão que permitem o gestor ter uma visão das receitas e despesas ocorridas ao longo do exercício.

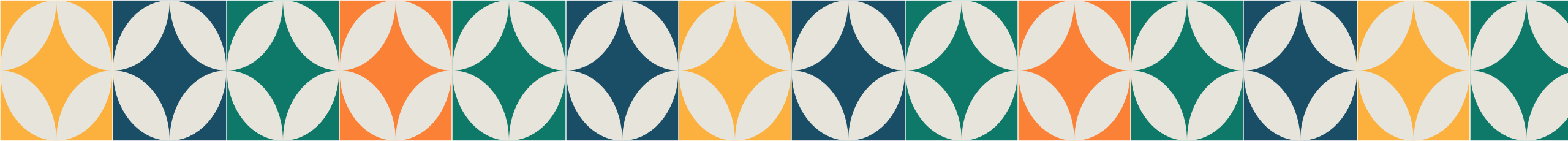


Prestação de Contas dos recursos repassados a partir do exercício de 2024

O lançamento das informações da prestação de contas, a partir do **exercício de 2025**, passa a ser realizado ao longo do exercício concomitante à execução dos recursos, findando o prazo em 1º de março do exercício subsequente ao ano-base da prestação de contas.

Quanto ao **exercício de 2024**, a prestação de contas deverá ser realizada no AgilizaSUAS a partir de sua disponibilização aos responsáveis dos órgãos gestores da política de assistência social, em complementaridade ao BB Gestão Ágil respeitados os seguintes prazos:

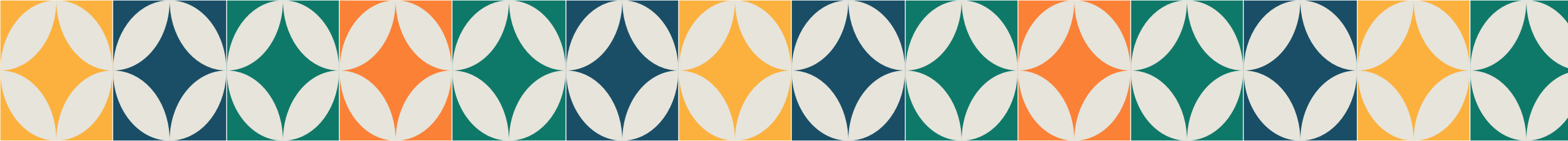
- até 30 de setembro de 2025 para o lançamento das informações pelos gestores, com o posterior encaminhamento ao respectivo Conselho de Assistência Social para manifestação por meio de parecer disponibilizado no sistema.
- até o prazo de 31 de dezembro de 2025 para a manifestação do Conselho de Assistência Social.



Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024

(antiga Portaria nº 580)

- Ampliação do prazo para repasse de recursos às entidades, de 90 para 180 dias;
- Possibilidade da transferência de recurso do ente federado para a entidade realizar a aquisição dos bens de investimento (GND4);
- Maior detalhamento sobre a execução dos recursos, tanto de GND3 quanto GND4;
- Extinção do Plano de Trabalho que restringe as aquisições de GND4, bem como da equalização a lógica fundo a fundo sem prazo de vigência.
- Prevê possibilidade de instauração de limites máximos transferências para cada ente federado por exercício, melhorando a equidade da distribuição dos recursos entre os municípios, estados e DF.



Portaria nº 1.045, de 24 de dezembro de 2024

Estabelece as diretrizes para projetos e ações estruturantes no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), incluindo as orientações para a execução das programações de emendas e pleitos. Possibilidade da transferência de recurso do ente federado para a entidade realizar a aquisição dos bens de investimento (GND4);

- Ações estruturantes para o MDS: a portaria define os critérios para a execução de projetos e ações estruturantes dentro do MDS, garantindo maior foco na qualidade e impacto das iniciativas.
- Execução de emendas e pleitos: estabelece critérios e orientações para a execução de emendas parlamentares e pleitos, alinhando-os às necessidades e objetivos estratégicos do MDS.
- Adequação à lei complementar nº 210: a portaria está em conformidade com a Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, garantindo que a execução dos recursos seja feita de acordo com as diretrizes legais mais recentes.

Saldos de recursos: COVID

 **ALERTA**

**PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS
RECURSOS DA COVID-19**



Portaria nº 973/2024 autorizou a utilização dos recursos **até dia 31 de dezembro de 2024.**

**NÃO SERÁ PERMITIDO A
REPROGRAMAÇÃO PARA
UTILIZAÇÃO DO RECURSO NO
ANO DE 2025!**

Os entes que não executaram os recursos até 31/12/2024 deverão fazer a devolução para a União através de Guia de Recolhimento da União (GRU)

EM CASO DE DÚVIDAS

Contate-nos pelo WhatsApp



Aponte a câmera do celular



**Fundo Nacional De Assistência
Social**

Conta comercial do WhatsApp



Escaneie esse código para iniciar uma
conversa com Fundo Nacional De
Assistência Social no WhatsApp.

Canais de comunicação do **FNAS**



SITE



INSTAGRAM



**CANAL
WHATSAPP**



YOUTUBE

Obrigado!



FNAS
FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

